



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ORAL

A igualdade de oportunidades educacionais tem despertado grande atenção social, sob os esforços do Governo da RAEM e de toda a sociedade. Desde o ano lectivo de 2007/2008, começou-se a implementação dos 15 anos de educação gratuita, entre o ensino infantil e o secundário complementar, o que fez com que não se registasse abandono escolar devido a dificuldades económicas, um grande passo de avanço na concretização do objectivo da igualdade educacional. Contudo, a implementação da educação gratuita, apesar de disponibilizar a todos uma oportunidade igual no acesso ao ensino, é só um início, pois a verdadeira concretização deste objectivo tem de contar ainda com mais esforços conjuntos do Governo e do sector da educação.

Tanto na Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior como no documento sobre o Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011 a 2020), o Governo afirma que está a ser constituída uma reserva de terrenos para o desenvolvimento a longo prazo de actividades educativas, mas até agora ainda não foi divulgado qualquer projecto em concreto, ou o calendário para a concretização desta medida. Em Macau, as escolas têm uma dimensão pequena, e há falta de campos desportivos e de espaço para os alunos. Em 2007, a Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Macau realizou para o Governo um Estudo sobre o Espaço e o Ambiente das Escolas, segundo o qual, o espaço disponível nas escolas para os alunos praticarem desporto e outras actividades



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

tem vindo a aumentar em média, mas a poluição sonora e do ar tem-se mantido em níveis elevados. Aquele documento refere que a iluminação nas salas de aulas é insuficiente, havendo ainda alguns estabelecimentos de ensino com o problema de falta de espaço e de instalações<sup>1</sup>. Um documento de estudo elaborado por uma empresa de consultoria de Singapura, em 2007, revela que o espaço para actividades dos alunos nas escolas de Macau é menor quando comparado com outras regiões asiáticas, havendo escolas com pouco espaço e que necessitam de mudar com urgência para outro lugar por estarem instaladas em centros comerciais e residenciais<sup>2</sup>. Naquele momento, as autoridades comprometeram-se a acompanhar e melhorar a situação das escolas com falta de condições. Porém, após sete anos, a situação dessas escolas ainda não foi melhorada, o que é gravemente prejudicial para a saúde dos seus alunos, e nem se pode dizer que existe equidade no sector da educação. A postura das autoridades tem sido passiva na melhoria das condições de ensino nas referidas escolas, com falta de um plano a longo prazo. O Governo deve realizar um estudo aprofundado para conhecer as insuficiências e as necessidades das escolas, e também definir um plano de apoio e de melhoria das condições de ensino das escolas com falta de espaço e de equipamentos físicos.

---

<sup>1</sup> “Estudo sobre o Espaço e o Ambiente das Escolas 2007” Direcção dos Serviços de Educação e Juventude

<sup>2</sup> Inquérito: Falta de Espaço para os Alunos – Escolas com Instalações Semelhantes a Sanduíche, 3-8-2007, <http://news.sohu.com/20070308/n248593647.shtml>



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Há dias, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) anunciou que ia actualizar, a partir do próximo ano, o subsídio de propinas das escolas que não integram o sistema de escolaridade gratuita, sendo 16 700 patacas para o ensino infantil, 18 600 patacas para o ensino primário e 20 700 patacas para o secundário, representando um aumento de 5,6 % para todos. Ao mesmo tempo, o Chefe do Executivo publicou um Despacho para actualizar o subsídio para as escolas abrangidas pelo ensino gratuito, com um aumento de 7,2% a 10,9%<sup>3</sup>. O aumento de investimentos na área da educação contribui para o desenvolvimento de longo prazo dos alunos, docentes e escolas, e representa a forte atenção e o grande apoio do Governo. Contudo, as situações de cada escola são diferentes e algumas têm mais docentes do nível 1 e 2, e outras têm menos. Como a diferença das remunerações entre o pessoal docente do nível 1 e o do nível 6 tem que atingir 30%, por força do "Quadro geral do pessoal docente das escolas particulares do ensino não superior", quando a atribuição do actual subsídio por turma é feita, uniformizadamente, conforme a quantidade de turmas em vez do nível dos docentes, constitui uma injustiça para as escolas que têm mais docentes do nível 1 e 2, e os docentes do nível 1 estão por isso preocupados com o problema de garantia dos seus direitos. As escolas devem ter recursos suficientes para pagar a docentes do nível 1, para que os mesmos trabalhem sossegados e melhor desenvolvam as suas capacidades. Mas como é que o Governo garante que isto se concretiza? O Governo necessita de fazer um

---

<sup>3</sup> Despacho do Chefe do Executivo n.º 150/2014, de 16 de Junho de 2014



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

plano, com a maior brevidade possível, para sossegar escolas e docentes em causa. Assim, o Governo tem que prestar atenção a este problema, para que a distribuição de recursos seja verdadeiramente justa.

Para além disso, olhando para o número de nascidos em Macau, o ano lectivo de 2015/2016 vai ser o período de pico em que os “bebés do ano do Dragão” vão iniciar o jardim-de-infância. Neste ano lectivo de 2013/2014, existe um total de 178 turmas do K1 (1.º ano do jardim-de-infância) e, como neste momento está estabelecido um limite de 25 a 35 alunos por turma, o próximo ano lectivo pode abranger entre 4450 a 6230 alunos no K1. Porém, mesmo contando com as vagas das escolas privadas que não estão na rede, existe ainda uma diferença relativamente grande em comparação com os 7315 “bebés do ano do Dragão” e é por isso que existe a dúvida de que todos possam ficar abrangidos. Ademais, um outro problema importante é se existe, ou não, um número suficiente de docentes para os jardins-de-infância. Segundo o projecto “subsídio de melhoria do rácio professores/turma ou do rácio alunos/professor para o ano lectivo de 2014/2015”, divulgado pela DSEJ, o rácio de professores/turma do ensino infantil irá ser aumentado de 1,7 para 1,9, ou seja, o equivalente a mais 0,2 professores por cada turma. Como no presente ano lectivo existe um total de 501 turmas nos jardins-de-infância em Macau, podemos calcular que, se não houver um aumento do número de turmas, haverá um acréscimo de 100 docentes, mas, no caso de aumentar o número de turmas, será necessário um número ainda maior de docentes. Perante a perspectiva de uma grande necessidade de docentes deste nível de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

ensino, o Governo deve tomar precauções, a fim de não afectar a respectiva qualidade, devido à falta de docentes.

Interpelo, então, o Governo sobre o seguinte:

1. Até à conclusão do planeamento urbanístico dos novos aterros, o Governo deve proceder à atribuição de uma parte dos terrenos retomados, por não terem sido devidamente aproveitados, às instituições educativas com necessidades prementes de um novo *campus*, no sentido de melhorar as condições escolares. Vai o Governo fazer isto? De que planeamento de médio e longo prazo dispõe o Governo para aperfeiçoar os espaços e condições escolares? Há escolas instaladas num parque de estacionamento ou num centro comercial, que sofreram as devidas remodelações. Considerando as necessidades do desenvolvimento educativo, o Governo deve ajudar estas escolas a mudarem, gradualmente, deste tipo de recintos fechados, melhorando assim as suas condições escolares. Vai o Governo fazer isto? O Governo tem alguma calendarização para este assunto?

2. Para dar resposta às diferentes situações estruturais das escolas, ao nível de pessoal docente, e salvaguardar a justiça na distribuição de recursos educativos, o Governo deve considerar proceder ao ajustamento do montante do subsídio por turma, tendo em conta o rácio de pessoal docente de cada nível. Vai o Governo fazer isto? De que medidas dispõe o Governo para garantir a distribuição justa e racional dos recursos educativos?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

3. No ano lectivo de 2015/2016, vai verificar-se um pico quanto à inscrição para o 1.º ano do ensino infantil. De que medidas dispõe o Governo para dar resposta a esta situação? Estão disponíveis suficientes vagas escolares? Aquando da progressão escolar destes alunos, vai o Governo abandonar a política das turmas pequenas e proceder à expansão de turmas de cada nível? Será que o actual número de docentes do ensino infantil é suficiente para dar resposta às futuras necessidades?

18 de Junho de 2014.

---

A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau

Chan Hong